



REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

CARTA PÚBLICA

05 de junho de 2015
Dia Mundial do Meio Ambiente

Este início de 2015 tem sido um tempo de incertezas, angústias e reiteradas esperanças que nascem e se alimentam da luta popular socioambiental. A presidenta Dilma Rousseff assumiu seu segundo mandato afirmando que o diálogo seria o seu principal compromisso. Novos governos estaduais acenaram com posturas semelhantes. O Congresso Nacional eleito, mais conservador do que nunca, gerou fundadas preocupações.

Passados cinco meses, a **Rede Brasileira de Justiça Ambiental**, dedicada à defesa dos direitos humanos, à promoção da igualdade e da justiça ambiental, vem a público fazer um balanço do quadro institucional e político, denunciar o continuísmo e o retrocesso em questões que se configuram flagrantes *injustiças ambientais*, perscrutar horizontes e sugerir caminhos.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

CARTA PÚBLICA

Contra um diálogo seletivo e excludente

A experiência acumulada, nos últimos anos e nestes cinco meses, pelas populações que sofrem as consequências do projeto desenvolvimentista concentrador de riqueza, de terras e de recursos hídricos, demonstra que o prometido diálogo, de fato, nunca existiu. Recebida com desconfiança, essa promessa segue sendo desmascarada no dia-a-dia das resistências daqueles que enfrentaram e enfrentam situações como a imposição de projetos hidrelétricos na Amazônia, a exemplo de Belo Monte e do complexo de Tapajós, contra todas as evidências do etnocídio e outros desastres ambientais e sociais irreversíveis que esses empreendimentos gerariam - ou como, nas cidades, milhões de manifestantes foram tratados com a truculência das armas “não-letais” das polícias durante as jornadas de junho de 2013 e nas manifestações contra as violações de direitos na Copa da FIFA de 2014.

A violência inédita contra os professores e professoras grevistas no Paraná (o que pode vir depois de massacrar os mestres e mestras de nossos filhos e filhas?); o extermínio da juventude negra e o recrudescimento da violência contra as mulheres e contra a população LGBT; a criação de comandos táticos para conter os protestos em áreas rurais, as UPPs e a violência do Exército contra moradores da periferia da Maré/RJ e a da Marinha contra o Quilombo Rio dos Macacos/BA; a morte de 132 camponeses, camponesas e indígenas assassinados em conflitos no campo apenas durante o primeiro mandato da presidenta... São muitos os exemplos que mostram que **“mais polícia e menos política” tem sido a resposta aos grupos sociais expropriados pelos grandes projetos ditos de “desenvolvimento”**.

Diferente do prometido em campanha, para as classes trabalhadoras e todas as populações vistas como “entraves ao crescimento” – igualmente excluídas das tomadas de decisão e desencorajadas a lutar por seus direitos, quando não duramente reprimidas - sobram apenas o peso das medidas de ajuste da economia e da máquina do Estado.

Entretanto, há um diálogo que, na verdade, sempre existiu: foi aquele engajado pelos governos, de forma privilegiada, com as representações do negócio privado, das corporações internacionalizadas, da grande finança e das empreiteiras que, além de beneficiarem-se dos lucros privados decorrentes das decisões governamentais, exercem influência espúria e direta sobre os rumos de tais decisões, como comprovam o financiamento privado de campanhas, os escândalos de corrupção em torno da Petrobrás¹ e outros casos emblemáticos.

Capturado pelos interesses das grandes corporações, o Estado flexibiliza legislações relativas ao padrão locacional, técnico e ambiental do uso dos territórios, como é o caso do Código Florestal, do marco regulatório de Mineração e do licenciamento ambiental, abrindo-se também a investidas sobre conquistas históricas da Constituição de 1988 relacionadas à garantia de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, como aquelas relativas à demarcação de Terras Indígenas, ao reconhecimento e titulação de Territórios Quilombolas, ao estabelecimento de RESEX e de Projetos de Assentamentos Extrativistas.

A todos e todas que, nas cidades, no campo e nas florestas, enfrentam a luta cotidiana para viver com justiça e dignidade

QUEM SOMOS

A RBJA é uma articulação de grupos e pessoas que atuam contra o racismo e as injustiças ambientais: organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos comunitários no campo e na cidade, setores acadêmicos, profissionais de diferentes áreas e militantes que vivenciam e/ou testemunham, e lutam contra, as violências sociais e ambientais do desenvolvimento brasileiro.

Estão em nosso arco de diálogo e alianças: comunidades tradicionais, comunidades camponesas, comunidades urbanas, movimentos populares: indígenas e quilombolas; de pescadores e pescadoras artesanais; feministas; redes e articulações que atuam em torno de temáticas socioambientais e em prol dos direitos humanos; pastorais sociais; lideranças espirituais de matriz africana e movimentos de afirmação e defesa dos territórios e da diversidade política, econômica e sociocultural que eles encerram.

¹ Vejam também nosso documento de posicionamento: “Crise conjuntural e expropriação permanente: petróleo e injustiças ambientais no Brasil”, disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/crise-conjuntural-e-expropriacao-permanente-petroleo-e-injusticas-ambientais-no-brasil/>

Para quem ficam os ônus e os bônus do desenvolvimento?

O primeiro mandato da presidenta Dilma foi o que menos desapropriou terras para fins de assentar famílias na reforma agrária; o que menos demarcou e homologou terras indígenas (apenas onze), territórios quilombolas (apenas nove) e dos demais povos e comunidades tradicionais; o que menos criou reservas extrativistas e outras unidades de conservação (três, às vésperas das eleições). Configura-se um governo inimigo destes povos e comunidades, a agravar uma dívida histórica, desvalorizando o importante papel que eles têm cumprido na preservação dos biomas e da nossa diversidade política, econômica e sociocultural.

As indústrias mais poluidoras são autorizadas a se instalar nas periferias pobres das cidades, como é o caso da siderúrgica TKCSA, que, com sua “chuva de prata” afeta a saúde das famílias trabalhadoras do bairro de Santa Cruz/RJ. A produção de agrotóxicos – de cujo consumo o Brasil bate seguidos recordes mundiais – pela NUFARM é autorizada a localizar-se em Maracanaú/CE e não nas proximidades dos bairros residenciais de alta renda, reservando às famílias de baixa renda os riscos e danos da acumulação de riqueza para os acionistas do complexo industrial agroquímico. A instalação do pólo minero-siderúrgico ao lado do bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, provocou, em 14 meses, cinco mortes por problemas respiratórios em decorrência da poluição minerária. A terra indígena dos Guarani Kaiowá/MS, “suicidados” à beira de estradas, vem sendo invadida pelo agronegócio. As comunidades de pesca artesanal do entorno da Baía de Guanabara/RJ, violentadas e ameaçadas pela indústria do petróleo e petroquímica, contabilizaram 5 pescadores assassinados em decorrência do conflito.

Nas cidades, o recrudescimento da insegurança e da violência, que atinge, sobretudo, os pobres e, entre estes, principalmente, a juventude negra e as mulheres, é reflexo também do modelo cujo foco é o crescimento econômico a qualquer preço, que exclui salvaguardas sociais tanto quanto as ambientais. A crise da mobilidade urbana inscreve-se no mesmo quadro de desigualdade: enquanto alguns poucos se locomovem em helicópteros particulares, quanto mais pobre for o trabalhador, mais cedo ele precisará madrugar para os longos deslocamentos entre suas residências e os locais de trabalho, maior será seu constrangimento nos trens e ônibus lotados - com efeitos ainda mais perversos para as mulheres - e mais os seus salários serão comprometidos para garantir os lucros dos grandes empresários do setor dos transportes. Este é o resultado do privilégio dado aos veículos individuais, por meio de obras viárias e políticas de crédito para o consumo de automóveis.

A obtenção de ganhos de produtividade – tão caros aos estrategistas da competitividade – dá-se, em grande parte, pela construção das condições políticas e institucionais que dão aos capitais a capacidade de afetar de forma ambientalmente danosa a terceiros. Estes terceiros são, via de regra, grupos étnicos e sociais mais despossuídos e menos representados nas esferas do poder.

Se estes são quem pagam os ônus do “desenvolvimento”, os bônus são destinados aos privilegiados de sempre.

Enquanto isso, a prioridade ao lucro privado pode ser atestada pelo avanço do agronegócio e da mineração sobre novos territórios, colocando em xeque a existência de populações camponesas, ribeirinhas, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Em plena crise hídrica, na discussão de sua gravidade, nenhuma atenção é dada à responsabilidade dos setores mineral e agropecuário, com sua demanda intensiva por água, na configuração do quadro de escassez.

Nos últimos anos, a mineração foi o setor responsável pelo segundo maior número de demandas de outorgas para uso da água no Brasil. Uma parte dos minérios extraídos no país chegam aos portos exportadores por via de minerodutos, que fazem o deslocamento subterrâneo dos minérios sob pressão de água. Só em Minas Gerais há três minerodutos que escoam minérios até os portos do Sudeste e prevê-se a construção de outros quatro, que, juntos, deverão consumir 8 milhões de m³ de água por mês, quase a metade do consumo de toda a cidade de Belo Horizonte. A agropecuária, por sua vez, consome 72% da água utilizada no Brasil e desperdiça quase a metade. A Política Nacional de Irrigação e o PAC reforçam e expandem esse consumo, especialmente nos perímetros irrigados previstos para o semiárido brasileiro. Retomam-se projetos de fracking (fraturamento hidráulico) para extração de gás natural e petróleo, com a utilização de absurdos volumes de água e contaminação de mananciais.

A poluição e contaminação ambiental não atinge a todos de maneira uniforme e não submete todos os grupos sociais aos mesmos riscos e incertezas. Em todos os territórios brasileiros são centenas de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, negras urbanas, pescadoras, agricultoras e tantas outras violentadas em todos os seus direitos pelas hidrelétricas, pela mineração e siderurgia e suas cadeias devastadoras, pela indústria portuária, do petróleo, imobiliária e turística, pelo agronegócio com sua tradição de concentração fundiária, uso de veneno e de trabalho escravo, pela indústria química, de energia nuclear, eólicas, termoeletricas e construção civil.

Para essas comunidades o discurso do PIB, da arrecadação tributária, da geração de emprego e desenvolvimento é arma letal e perversa. Agrava as desigualdades sociais, pobreza e marginalização, violência sexual e doméstica, o tráfico de mulheres e meninas, sobrecarga de responsabilidades, tensões e preocupações domésticas, o uso abusivo de drogas industriais e as violências da sua criminalização, que recai sobre os homens e as mulheres negras, o suicídio dos indígenas, a insegurança alimentar, a perda e estigmatização da diversidade cultural, a violência institucional dos órgãos públicos e a dependência em relação à iniciativa privada, às políticas sociais e ao Estado negligente.

Retrocessos no campo dos direitos

Para privilegiar os sujeitos da degradação, esforços institucionais dos poderes executivos, legislativos e judiciários se voltam para adaptar a legislação ambiental e desfazer garantias constitucionais dos direitos coletivos. Nesse aspecto, citamos a reformas conservadoras do Código Florestal e do Novo Marco Regulatório da Mineração. O alinhamento entre os três poderes com o setor empresarial impõe a flexibilização dos procedimentos de licenciamento ambiental, a pressão e sucateamento nos órgãos ambientais e agrários, tais como o IBAMA, o ICMBio, o Inkra e a Funai. Nos marcos desses retrocessos, até a duvidosa política de áreas protegidas como as Unidades de Conservação, têm tido seus limites reduzidos, para prevalecer o interesse econômico. Como exemplo está o caso do Parque Nacional da Serra do Gandarela/MG, onde foram excluídas da delimitação dos limites do parque áreas que são do interesse de empresas mineradoras. Por sua vez, a Medida Provisória nº 558, publicada pela presidenta em 2012, alterou os limites de sete Unidades de Conservação para viabilizar a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, de Tabajara, em Rondônia, e do Complexo Tapajós, no Pará.

Não são poucas as investidas sobre conquistas de cidadania, como a demarcação de Terras Indígenas, o reconhecimento e a titulação de Territórios Quilombolas e mecanismos de segurança territorial às comunidades tradicionais e camponesas, como as Reservas Extrativistas e os Assentamentos de Reforma Agrária. A PEC 215, arquivada em janeiro por pressão dos movimentos indígenas e desarquivada em fevereiro de 2015, pelos ruralistas e seu aliado, o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, é um dos exemplos mais graves de riscos sobre os direitos dos povos.

A imposição das políticas devastadoras dos territórios também é viabilizada por mecanismos ditatoriais que remontam aos governos militares, como o "Instituto da Suspensão de Segurança", que possibilita a suspensão de decisão judicial contrária ao agente público, se considerada lesiva ao interesse público. Esse instituto tem sido utilizado para garantir a continuidade de empreendimentos públicos e privados a despeito de que vítimas de injustiças ambientais comprovem as violações praticadas por esses projetos e sofridas em nome de um suposto "interesse maior".

Por sua vez, o sistema de justiça segue aliado e identificado com as elites, sendo altamente eficiente para garantir os direitos de propriedade e para protelar e negar os direitos de cidadania. A violência jurídica contra as populações prejudicadas se reflete nas ordens de despejo, na protelação das decisões favoráveis às comunidades, na escassez e sucateamento das defensorias públicas, no descaso com as violências cotidianas e na baixa capacidade do Ministério Público em intervir em favor dessas populações. Os mecanismos de mediação dos conflitos ambientais, como a afirmação de Termos de Ajuste de Conduta/TAC não cessam os prejuízos tampouco garantem a segurança mínima dos direitos coletivos.

São projetos e procedimentos governamentais que contrariam a Resolução nº. 06/2013 da Comissão Nacional da Biodiversidade, que estabeleceu como meta até 2020 proteger com unidades de conservação, terras indígenas, áreas de preservação permanente e reservas legais, 30% da Amazônia, 17% de cada bioma terrestre e 10% do bioma marinho e costeiro. De nada adiantam avanços normativos, se a prática é de desrespeito e retrocesso.

Descaminhos da política e do Estado

No Ministério da Agricultura, uma latifundiária envolvida em denúncias de trabalho escravo e grilagem de terras, que afirmou publicamente que "latifúndio não existe mais", que "pobre tem que comer com agrotóxico, sim" e que os indígenas não têm direitos sobre os territórios reivindicados porque "saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção" e que privilegia como território do agronegócio o que resta (menos de 50%) dos cerrados do "MATOPIBA" (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), confirma que o ministério deste segundo mandato está entre os mais conservadores e lesivos aos reais interesses da coletividade.

Dos Ministérios e do Congresso Nacional, nos chegam as notícias de decisões reacionárias... vários Projetos de Lei que avançam na tramitação representam mais injustiças sociais e ambientais, ao pretenderem retirar a obrigatoriedade da rotulagem dos alimentos que contêm transgênicos, reduzir a maioria penal, descaracterizar o conceito de "trabalho escravo", franquear à exploração econômica a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, terceirizar e precarizar as relações de trabalho etc. O que ainda virá depois disto?

As diretrizes da política de alianças do governo e a busca de legitimidade frente a setores conservadores e moralistas não impedem que a articulação política de direita e extrema-direita em nosso país siga se fortalecendo, colocando em xeque a própria viabilidade da governança e acuando os setores progressistas do próprio Partido dos Trabalhadores e a base do governo nos parlamentos.

Registre-se a ascensão dos fundamentalistas cristãos e moralistas, inimigos das mulheres, da população LGBT, dos direitos de negros e indígenas e da diversidade cultural e religiosa; bem como a lamentável escolha por maioria esmagadora para a presidência do Congresso de uma liderança política corrupta, reacionária e conservadora, Eduardo Cunha. Até a tão falada Reforma Política, pauta defendida pela presidenta, caiu nas mãos desse parlamentar e seus aliados.

Aliado a esse contexto, segue inabalada a concentração dos meios de comunicação e os privilégios nos monopólios midiáticos, a reforçar a desinformação como estrutura basilar para a promoção de desigualdades.

Enfraquecidos nos setores mais progressistas das amplas coalizões governistas, acossados pela crise econômica, os atuais mandatários se vêem no fogo cruzado das pressões também das ruas. As manifestações populares democráticas de amplo protesto em julho de 2013 acabaram, após as eleições de 2014, turvadas pelo jogo baixo anti-democrático e midiático da política partidária e eleitoral, que não se conforma com o resultado das urnas e quer acuar ainda mais o governo federal. A estas não aderimos!

Os atuais casos de corrupção política e econômica – muitos envolvendo empresários, dirigentes e políticos protagonistas das violações que denunciamos –, pela parcialidade das apurações e processos judiciais e de sua veiculação enviesada pela mídia corporativa, não apontam para uma depuração do sistema em que, por má e antiga tradição, funcionam as instituições públicas e privadas no Brasil. Têm servido, sim, para suscitar e alimentar setores reacionários e até mesmo militaristas da sociedade e ameaçar ainda mais os que lutam pelos direitos humanos e pela justiça social e ambiental.

Ao assumir protagonismo neste contexto, o Judiciário, ainda que no momento alcance setores das elites no poder político e econômico, reitera quase sempre seu papel de representar uma justiça classista, permeável ao jogo político escuso, que debilita a República e descrê da democracia. A impunidade é atestada pelos trinta anos de documentação dos conflitos no campo brasileiro (1985/2015), realizada pela Comissão Pastoral da Terra, ao dar conta de que dos 1.307 casos de assassinatos de lavradores, indígenas, líderes e assessores, foram a julgamento somente 108, com a condenação de 86 executores e de apenas 28 mandantes.

Nesse contexto, para nós, o sentido e a própria estrutura do suposto diálogo, alardeado pela presidenta, precisam ser refeitos. É necessário delimitar sobre quais bases ele é tornado possível, pois até agora vivemos correndo atrás dos prejuízos, sempre na condição de negociar em bases extremamente desiguais. Isso não é diálogo, é negociar na pressão para sobreviver. Frente às injustiças e aos conflitos ambientais somos situados em lutas reativas para não perder direitos, evitar massacres, a proteger-nos da vigilância e perseguição dos agentes agressores e do próprio poder público. Tratados como inimigos nos situamos em correlação de forças desiguais, em que os poderes e instituições do Estado, a serviço dos poderosos, reforçam o lado da balança que nos oprime.

A urgência da sociedade civil organizada

Neste contexto, abrem-se também, para os movimentos sociais democráticos, novos desafios e horizontes para o exercício da crítica aos descaminhos da política. A interlocução entre várias redes, movimentos e fóruns, propiciada na iniciativa de Diálogos e Convergências, realizada em 2011, mostra indícios da potência da formação de um campo crítico. Trata-se de construir alternativas a partir de experiências de formas econômicas não predatórias, modos de vida comunitários e produção agroecológica, modos de trabalho mais coletivos e dignificantes, sempre no âmbito de práticas sociais solidárias.

Há sinais de aprendizados duradouros desenvolvidos a partir do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios e Povos Frente à Mineração, da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, da Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida, da Articulação contra a expansão dos Perímetros Irrigados e do agronegócio no Nordeste, da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Articulação Antinuclear Brasileira, da Frente por uma Nova Política Energética, da Plataforma de Direitos Humanos – DhESCA Brasil, entre outras articulações. Este é o arco de atores sociais que vem buscando ampliar, junto à sociedade brasileira, o entendimento de que as decisões governamentais não devem ser pautadas pelas necessidades de lucro de empreiteiras que impõem seus projetos de grandes obras superfaturadas, mal executadas, expropriatórias de populações locais e danosas ao meio ambiente.

Há muito tempo, os movimentos sociais alertam para o modo pelo qual a concentração de recursos hídricos nas mãos das corporações agroindustriais, minerárias e hidroenergéticas - e não apenas a falta de chuvas – acabaria levando à crise hídrica que ora atinge a população em geral e os grupos de menor renda, em particular. É preciso dizer não à competitividade espúria baseada na exportação maciça de água que é apropriada, praticamente de graça, e embutida nos minérios, na carne, nas commodities agrícolas, e na exportação de hidroeletricidade incorporada no alumínio, no aço, no papel/celulose destinados ao mercado internacional etc.

O momento impõe a todos e todas cavar trincheiras de resistência aos ataques aos direitos humanos, ao aprofundamento da desigualdade, à criminalização dos movimentos sociais, à espoliação dos territórios de inúmeros povos e comunidades, à busca sistemática de tornar desprezíveis ou invisíveis os que não se submetem às regras do jogo ditadas pelo poder.

Mas o momento também propicia – até porque as catástrofes econômicas, sociais, políticas e ambientais que se avolumam estão mostrando que “o rei está nu” – valorizar, aprofundar e apresentar à sociedade as práticas e ações que mostrem que o modelo de desenvolvimento que está em curso tem seus dias contados e que nosso futuro está se desenhando aqui e agora.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental renova seu compromisso de estar ao lado daqueles e daquelas que, nas cidades, nos campos e nas florestas, enfrentam a dura luta cotidiana para viver com justiça e dignidade. E se faz deseiosa e aberta à constituição de uma ampla rede articulada e mobilizada em defesa da Vida.

**Rede Brasileira de
Justiça Ambiental**
www.justicaambiental.org.br

